



**MAGDA CLARO ALVES**

**MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: UMA ALTERNATIVA PARA A PAZ SOCIAL EM  
PORTUGAL E NO BRASIL**

**Mestrado em Direito**

**Ciências Jurídico-Administrativas**

**Trabalho realizado sob a orientação do Professor Doutor João Pacheco Amorim**

Porto

Setembro de 2017

**A minha filha, sol de minhas manhãs.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pela grande oportunidade de vir ver a vida em Portugal; por sempre me guiar e iluminar o meu caminho, nunca me deixar ao desamparo. Por me presentear todos os dias com as maiores bençãos: família e amigos.

A minha filhinha Olívia, nascer do sol a mostrar o valor das pequenas coisas e ao meu amigo e marido, Ricardo Sousa, que me acompanhou passo a passo neste trabalho, transmitiu-me fé, amor, alegria, determinação, paciência e coragem. Agradeço-lhe pelo empenho e dedicação em construir comigo “nossa Jerusalém, nosso mundo, nosso carrossel” com companheirismo, confiança, paciência, compreensão, incentivo e amor.

Aos meus pais Dario Alves e Maria Madalena Claro Alves, donos de minha mais profunda admiração; pelo apoio, suporte, força, confiança, ensinamentos e integral dedicação. Muito obrigada pelo maior amor do mundo.

Aos meus muitos irmãos, obrigada pelo apoio incondicional, Mesmo que a vida nos separe geograficamente, pra todo o sempre caminharemos lado a lado, pois nossos laços são maiores que as barreiras físicas.

A minha cunhada Suely Sousa, pela amizade construída ao longo destes anos, pelo apoio, paciência e compreensão durante a nossa convivência e, mais especialmente, nos últimos dias que antecederam a entrega deste trabalho. Aproveito a oportunidade para registrar minha profunda admiração e meu grande agradecimento.

Às minhas colegas de sala, Bianca Lobo e Isabella Ribeiro Liquer, que me deram o suporte necessário para superar os desafios e dar continuidade a este mestrado com os percalços advindos da gravidez e do pós parto, diante do indeferimento de prerrogativas por parte da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

## **RESUMO**

Este trabalho objetiva estudar, expor e propor a Mediação de Conflitos como alternativa para a pacificação social, frente a atual necessidade de abertura para as modificações no paradigma da estrutura jurídica convencional, reforçada pelo ensino jurídico demandista que coloca como objetivo maior a perseguição da vitória. A Mediação revela-se como mecanismo eficiente por contribuir com a valorização do indivíduo enquanto responsável pela construção da própria realidade, atribuindo a cada cidadão um poder de decisão que conduz a um sistema de harmonia social e condiz com o conceito mais profundo de cidadania, pois o prisma sob o qual se analisa a pacificação social é o de alocar a questão da justiça como uma questão de responsabilidade de toda a sociedade, e não apenas do Estado em sua manifestação Jurídica. Desta feita abarca-se os aspectos comunicacionais restaurativos da técnica apresentada, bem como seu histórico e as manifestações de seu ressurgimento em Portugal e no Brasil, verificando-se o contexto histórico e análise das Leis de Mediação recentemente promulgada nos dois países. O regulamento legal da Mediação em Portugal e no Brasil vem corroborar com a onda crescente do pensamento da comunicação restaurativa e construtiva de laços, autenticar e estimular a sua prática sob a proteção legal do Estado.

Palavras-chave: mediação; comunicação restaurativa; conflito; acesso a justiça.

## ABSTRACT

This work aims to study, expose and propose the Conflict Mediation as an alternative to social pacification, in view of the current need for openness to changes in the paradigm of the conventional legal framework, reinforced by the demanded legal education that places the pursuit of victory as a major objective. Mediation proves to be an efficient mechanism by contributing to the valuation of the individual as responsible for building one's own reality, attributing to each citizen a decision-making power that leads to a system of social harmony and is consistent with the deeper concept of citizenship, since the prism under which social pacification is analyzed is to allocate the question of justice as a matter of responsibility of the entire society, and not only of the State in its Legal manifestation. In this way, we cover the restorative communication aspects of the presented technique, as well as its history and the manifestations of its resurgence in Portugal and Brazil, with the historical context and analysis of the Laws of Mediation recently enacted in both countries. The legal regulation of Mediation in Portugal and in Brazil supports the growing wave of the idea of restorative and constructive communication of bonds, authenticate and stimulate their practice under the legal protection of the State.

Keywords: mediation; restorative communication; conflict; access to justice.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. MEDIAÇÃO.....	9
1.2. Fases do Processo de Mediação.....	12
2. ASPECTOS COMUNICACIONAIS.....	14
3. UM DIÁLOGO ENTRE OS MÉTODOS ALTERNATIVOS.....	18
3.1. Negociação.....	19
3.2. Mediação versus Arbitragem.....	20
3.3. Mediação versus Conciliação.....	21
4. HISTÓRIA.....	23
4.1. História da Mediação em Portugal.....	24
4.1.1. Parlamento Europeu.....	27
4.1.2. Breves Comentários à Lei 29/2013 (Portugal).....	27
4.2. História da Mediação no Brasil.....	29
4.2.1 História da Mediação no Brasil Sob o Prisma Legislativo.....	31
4.2.2. Comentários à Lei 13.140/2015 (Brasil).....	33
4.3. Análise Comparativa das Leis de Mediação em Portugal e no Brasil.....	35
6. CONCLUSÃO.....	39
7. BIBLIOGRAFIA.....	42

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ADR – Alternative Dispute of Resolution

AGU - Advocacia Geral da União

al./Al. – alínea/Alínea

Art.º/ Art.º - artigo/Artigo

CE – Comunidade Europeia

CEJ Centro de Estudos Judiciários

Cfr. - Confrontar

Cit. - citado

COM – Referência europeia para documento oriundo da Comissão europeia

CPC – Código do Processo Civil

CRP Constituição da República Portuguesa

DGPJ - Direcção-Geral da Política de justiça

dir./Dir. – direcção/Direcção

EC – Economic Community

ed./Ed. – edição/Edição

et alt. – e outro

Fig. - Figura FMC – Federação Nacional de Mediação de Conflitos

GRAL – Gabinete de Resolução Alternativa de Litígios

IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família

IPMF – Instituto Português de Mediação Familiar

JO C – Jornal Oficial da Comunidade Lda. – Limitada

MARC - Methodes Alternatives de Resolution de Controverses. N.I.F. – Número de Identificação Fiscal

NCPC – Novo Código de Processo Civil

n.º/núm. – número

n.ºs – números

SMF – Sistema de Mediação Familiar.

STJ Supremo Tribunal de Justiça

UE União Europeia

V. G. Verbi gratia



## INTRODUÇÃO

A Mediação é um bom senso aplicado na solução harmoniosa dos naturais litígios que eclodem no seio das sociedades maiores, nos grupos sociais e entre as pessoas. Estes litígios muitas vezes são bem solucionados pelas próprias pessoas do entorno dos atingidos que, não raro, necessitam de um terceiro ou outros especialistas para uma finalização equânime. Quando isso ocorre, ganha força de solução oficial.

Na mediação, a harmonização ocorre fora do aparato do Poder Judiciário, mas é por ele acolhida e desejada: é a pacificação social ocorrendo sob o pálio dos Princípios Constitucionais da Celeridade, da Razoabilidade e da Efetividade. É procedimento ameno, civilizado, a latere da Justiça Nacional. É forma tranqüila, menos solene, mais singela de composição e solução de interesses contrariados.

A mediação não aplica o direito com a tecnologia jurídica costumeira, da lei ao caso concreto, mas sim, traz para os sujeitos da relação humana estremecida, as rédeas de sua própria vida, fazendo-os assumir a responsabilidade pelo exercício de sua vontade – vontade amparada pela razão - ensinando como tornarem-se cidadãos civilizados, racionais e maduros, mais conscientes, mais atuantes na sociedade – como um conjunto de pessoas que criam o bom ambiente para a vida, o bem comum de todos, de cada um e também o próprio.

A mediação sugere, no prisma da auto composição, um estímulo em difundir e educar seus usuários para realizar soluções autônomas e empoderadas.

Historicamente grupos humanos de diversas culturas solucionaram seus conflitos através da mediação.

O conflito não é em si mesmo negativo ou positivo, a forma como se responde e se busca a solução é que o qualifica. A mediação vem para substituir a linguagem do déficit pela linguagem dos recursos. Numa Mediação bem-sucedida o acordo é construído inteiramente pelas partes. O mediador é um catalisador de modificações; devolve às pessoas envolvidas a autoria de suas vidas, transformando-as em agentes do próprio destino. Mediação é evolução da coexistência do contraditório para a convivência pacífica.

## 1. MEDIAÇÃO

A forma tradicional de solução de controvérsias acaba por estimular os rompimentos de laços sociais através da terceirização dos problemas: após assinarem as procurações outorgando poderes aos advogados a preocupação das partes passa a residir apenas no pagamento dos honorários advocatícios e na exigência do êxito da causa, hábito cultural que afasta a autonomia e participação nos conflitos em que se envolvem, pois torna quase desnecessário o diálogo.

Uma das propostas para o rompimento e agilização deste ciclo vicioso é a Mediação, bem explicitada e conceituada por Adolfo Braga Neto e Lia Regina Castaldi Sampaio, como método de resolução de conflitos em que um terceiro independente e imparcial coordena reuniões conjuntas ou separadas com as partes envolvidas em conflito<sup>1</sup>. O processo mediador não objetiva apenas o acordo, mas pretende também estimular o diálogo cooperativo, propiciando reflexões acerca das melhores opções para o caso com a interação das pessoas envolvidas, com a principal finalidade de satisfação de suas necessidades e interesses, chegando como consequência lógica das partes, ao justo acordo.

Corroborar esta linha de entendimento o importante conceito formulado por Águida Arruda Barbosa:

*A Mediação é um método fundamentado, teórica e tecnicamente, por meio do qual uma terceira pessoa, neutra e especialmente treinada, ensina os mediandos a despertarem seus recursos pessoais para que consigam transformar o conflito em oportunidade de construção de outras alternativas, para o enfrentamento ou a prevenção de conflitos. O mediador não decide pelos mediandos, já que a essência dessa dinâmica é permitir que as partes envolvidas em conflito ou impasse resgatem a responsabilidade por suas próprias escolhas.*<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> SAMPAIO, Lia Regina Castalde; NETO, Adolfo Braga. **O que é mediação de Conflitos**. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 19.

<sup>2</sup> BARBOSA, Águida Arruda. **Mediação Familiar: Instrumento Transdisciplinar em Prol da Transformação dos Conflitos Decorrentes das Relações Jurídicas Controversas**. São Paulo, 2003.

Mediação é técnica dialógica; busca a convergência objetivando descobrir os verdadeiros interesses dos contedores/participantes, proporcionando-lhes, além da aproximação de desejos, superar a intercompreensão, o reconhecimento das pessoas com suas necessidades e especificidades, vistas em seus contextos históricos, culturais, circunstanciais e sociais.

É mecanismo autocompositivo, através do exercício da capacidade comunicativa e do resgate da autonomia de cada um sobre si mesmo e para com o outro. Reconstrói a criação de laços sociais entre os sujeitos. Traz à tona, conscientemente, a necessidade da combinação de interesses para a harmonia adequada dentro da comunidade.

Nesta linha, a mediação significa método extrajudicial de expressão jurídica de atendimento da maior parte das demandas sociais; resgata a autonomia das pessoas ampliando o acesso à justiça, fora das estruturas burocráticas do Estado, tornando real a visão do direito como instrumento para os cidadãos participarem e se inserirem na sociedade resolvendo os seus problemas de modo mais livre, rápido e consciente do devido atendimento de suas reais necessidades e das do Outro. O Outro não é seu inimigo, é menos que um adversário. Esta deve ser a visão evoluída para a MEDIAÇÃO.

O mediador Francês Jean-François Six, considera que existem pelo menos quatro tipos de mediação: uma mediação criadora, outra renovadora; uma preventiva e outra curativa. As duas primeiras fazem nascer ou renascer laços relacionais, enquanto as duas outras se dedicam a administrar uma situação de conflito. Tal mediador confirma os demais quando diz que os quatro tipos se destinam a estabelecer ou restabelecer a comunicação entre pessoas ou grupos, dizendo: “a natureza da mediação é, inequivocamente, relacional”<sup>3</sup>.

Em contrapondo aos pensamentos dos regimes totalitários nos quais os conflitos eram tratados como algo a ser destruído e aniquilado, a Mediação vem estabelecer a retomada da comunicação e a possibilidade de coexistência com os pontos conflitantes que habitam antes de tudo, nosso interior, nosso infinito particular. A partir deste prisma, o conflito perde a necessidade de ser solucionado e passa a ser trabalho no sentido de compreensão e conhecimento de si e do mundo a sua volta na busca de torna-lo, no que não puder ser positivo, o menos nocivo possível.

---

<sup>3</sup>FRANÇOIS *apud* DIAS, Maria Tereza Fonseca. **Mediação, Cidadania E Emancipação Social: A Experiência Da Implantação Do Centro De Mediação E Cidadania Da Ufop E Outros Ensaio**. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 157.

A mediação vem sendo aplicada de maneira genérica em variados âmbitos com as mesmas finalidades, como estudada no presente trabalho é aliada do Poder Judiciário e visa atingir conflitos que se destinariam a seguir o paradigma citado da terceirização da solução do conflito.

## **1.2. Fases do Processo de Mediação**

Analisaremos as etapas do processo, as diretrizes que guiarão a mediação com sucesso, acompanhando o entendimento de Adolfo Braga Neto. Ele as divide em oito etapas, podendo esta organização ser adaptada de acordo com a matéria, com a metodologia própria do mediador ou mesmo das partes. O Projeto de Lei no. 517/2011 Proposto pelo Senador Ricardo Ferraço, corrobora com o entendimento aqui apresentado e por isso será

A fase de Pré-mediação é o primeiro contato entre mediados com o processo e com o mediador, uma forma de preparação para promover a confiança a partir da compreensão de todo o processo, discutindo sobre os parâmetros, normas, datas das reuniões, com apresentação da minuta do contrato do serviço de mediação contendo todos estes detalhes.

Na segunda fase, de Abertura, serão ratificados com mais detalhes os tópicos tratados na fase anterior, como a devolução da minuta com as devidas modificações feitas pelas partes. Aqui se estabelece o diálogo, ocorrem as primeiras falas das partes, normalmente tratando do conflito sob o ponto de vista objetivo, cabendo ao mediador ir além para a identificação das formas de comunicação possíveis.

Durante a fase seguinte, de Investigação, o mediador, por meio de questionamentos tentará se aprofundar ao máximo na questão das partes, tornando clara a sua estrutura real e subjetiva, e em seguida, com o reconhecimento da estrutura do conflito, chega o momento de dar um rumo ao trabalho, passando para a quarta etapa, a Agenda, momento que visa à objetivação do processo, identificando cada um dos temas trabalhados e com a intermediação do mediador definir a prioridade de cada tema para partir à etapa seguinte, a da Criação de opções (para cada um dos temas) deixando fluir o processo criativo de cada um para com a finalidade despretensiosa de gerar idéias com o compromisso de não avaliá-las a fim de evitar discussões restritas e não caírem em avaliações, críticas ou pré-julgamentos.

A idéia é criar o maior número possível de opções para, em etapa subsequente fazerem a Avaliação das Opções momento de refletir sobre a projeção das idéias criadas na etapa anterior, agora com visão de futuro. Se assim desejarem as partes, o mediador e até mesmo os

advogados poderão auxiliar nesta etapa, principalmente em questões de esclarecimentos externos, soluções jurisprudenciais analógicas, a Doutrina, valores de alguns bens no mercado.

Na escolha das opções avaliadas, serão construídas em conjunto as soluções, mantendo o foco na motivação das partes. Nesta etapa, assim como na anterior, os mediados podem contar com o auxílio do mediador e dos advogados, e caso as partes não estejam utilizando acessória jurídica para o processo de mediação, deverão estar atentas aos requisitos legais e formais sobre a conduta ética do mediador, pois conforme anuncia Adolfo Braga Neto, “mesmo sendo um processo informal, terá reflexos no mundo jurídico, se este for o desejo das partes”. E até quando houve a intervenção de terceiro.

A última etapa, chamada Solução consiste na elaboração conjunta do termo final, com palavras claras sobre todas as escolhas feitas pelos mediados para a transformação do conflito. Deve o termo relatar todos os compromissos assumidos com todos os detalhes de execução com prazo, local e pessoa ou pessoas responsáveis pelo adimplemento do TERMO FINAL.

## 2. ASPECTOS COMUNICACIONAIS

Pensador preocupado com os aspectos da subjetividade e da intersubjetividade, Habermas aparece entre os primeiros filósofos pós modernos a incentivar formas de atuação da justiça semelhantes à Mediação, porquanto inaugura a idéia da comunicação e da discussão como estruturas de pensamento, retomando a importância do sujeito na estrutura de um fato objetivo, por entender que a aceitação deste fato pelo sujeito e pela sociedade é condição de sua existência.<sup>4</sup>

Em contra senso à razão instrumental da linguagem construída por Kelsen que exclui o sujeito nas estruturas normativas, a teoria de Habermas se torna uma das principais bases para construção da técnica de Mediação desenvolvida nos dias atuais.

A Mediação tem em sua essência o objetivo de desenvolver a técnica de comunicação restaurativa, fazendo com que as partes ao longo do processo tomem consciência dos diversos níveis de comunicação existentes naquela relação, por reconhecer na maioria dos conflitos, conseqüências de comunicação inadequada. Assim, apresenta a facilitação do encontro de mais e melhores opções que viabilizem a reconstrução de laços, em contraposição aos rompimentos habituais da comunicação dominadora na qual estamos submersos e, não raro, submetidos.

Em artigo tratando deste tema, a nobre jurista e mediadora Águida Arruda Barbosa, nos ensina:

*O caminho a ser percorrido para atingir o nível da intercompreensão começa pela qualificada troca de informações, comunicação normalmente deteriorada, já que, inconscientemente, os mediandos comunicam-se pela linguagem do conflito - inadequada e destrutiva - em lugar da linguagem adequada e construtiva da intercompreensão, pois encontram-se tão frágeis, que não conseguem despertar outros recursos pessoais mais adequados. O mediador dá a palavra aos mediandos, organizando a ordem de uso e o tempo a ser concedido para cada um falar, com a regra rígida de um não interromper a fala do outro.*<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup>HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p23.

<sup>5</sup>BARBOSA, op. cit.

Com o desenvolvimento desta comunicação restaurativa os modelos de liderança vertical, hierárquicos e dominadores dão lugar a modelos horizontais, onde é possível obter resultados positivos pois conta com a aplicação de técnicas de envolvimento que visam permitir o florescimento e a aceitação da subjetividade e intersubjetividade das partes e de cada indivíduo/pessoa.

Carlos Eduardo Vasconcelos aponta em estudos muito bem elaborados, dez preceitos fundamentais à Comunicação Construtiva: a) conotação positiva; b) escuta ativa; c) perguntas sem julgamento; d) reciprocidade discursiva; e) mensagem como opinião pessoal; f) assertividade; g) priorização do elemento relacional; h) reconhecimento da diferença; i) não reação; j) não ameaça.<sup>6</sup>

Tais preceitos serão brevemente comentados para melhor compreender-se os elementos de linguagem construtivos de uma cultura de paz.

**Conotação Positiva:** Através de uma linguagem apreciativa, a comunicação construtiva visa o acolhimento das partes conflitantes, ou seja, uma postura positiva e estimulante a cada momento da conversa com o mediado e interlocutor a fim possibilitar que discorra com outros enfoques e formas de verbalização.

Ao fortalecer e ampliar as possibilidades de interação entre os mediados com o uso da conotação positiva, contempla-se o pluralismo a partir do reconhecimento do outro e reconstruem-se laços sociais, rompidos nos julgamentos antecipados da comunicação unilateral dominadora, mais presente na cultura atual.

**Escuta Ativa:** O autor citado, Carlos Eduardo Vasconcelos, afirma que “é a partir da escuta que se estabelece uma circularidade co-evolucionária na comunicação humana”, isto porque, na cultura de dominação, as pessoas raramente conseguem se expressar sem que isso resulte em reafirmar a fragilidade de quem fala e a superioridade de quem ouve, manifestada pelo ouvinte nos típicos sermões de julgamento e conselhos denotando sabedoria superior sobre o problema de quem fala. É preciso aprender a escutar.

Possibilitar a fala, com uma escuta atenta, compassiva e sem julgamentos, tendo em conta o drama e suas legítimas contradições é, antes de tudo, reconhecer a presença do outro.

---

<sup>6</sup>VASCONCELOS, Carlos Eduardo. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas**. São Paulo: Método, 2008, p. 63/71.

**Perguntas sem Julgamento:** A pergunta pode substituir o julgamento e o aconselhamento, e ter efeito de clarear a situação narrada para quem fala, pois é estimulado a repensar a questão para elaborar as respostas. Ao invés de afirmar, é boa técnica a de perguntar.

Para tanto, é imperiosa uma boa elaboração dessas questões, a fim de evitar aquelas vindas de pré-julgamento ou curiosidade, com foco em perguntas de esclarecimento e contextualização no intuito de ampliar a visão e a percepção.

**Reciprocidade Discursiva:** Garantir a reciprocidade discursiva diz respeito a assegurar o direito de expressão, devendo ser estabelecido de início a regra de não se interromper a fala do outro e de se buscar o equilíbrio das falas, estimulando quem tem mais dificuldade para falar e ponderando quem se expressa melhor. Tal preceito, coíbe jogos de poder e proporciona uma comunicação de mão dupla, respeitosa e construtiva.

**Mensagem Como Opinião Pessoal:** As partes devem utilizar a primeira pessoa, falando sempre por si quando fizerem observações sobre algum comportamento da outra. Com isso conquista-se uma transformação, substituindo a expectativa de ofensa pela possibilidade do reconhecimento.

Este comportamento, conhecido como “linguagem eu” deve ser supervisionado pelo mediador, com o cuidado de apaziguar e equilibrar os ânimos, coibindo acusações pessoais sem entretanto coibir a liberdade de expressão.

**Assertividade:** Assertividade é atributo da clareza em suas definições, distinguindo as questões de princípio das questões de mero interesse pessoal ou grupal, comportamento que capacita as partes para conversa transparente e sincera, sem traumas diante da negativa de suas pretensões e com facilidades para se abrir generosamente a uma possibilidade de colaboração. É bom querer o melhor em situações ruins.

**Priorização do Elemento Relacional:** Nos conflitos de cunho material e pessoal, o primeiro passo está na restauração da relação entre as partes, revisando as posições originais para ensejar a necessária abertura de um diálogo sobre os interesses comuns. Nos casos mais complexos recomenda-se utilizar um co-mediador com formação em psicologia.

**Reconhecimento da Diferença:** Trata-se do que conhecemos por empatia, cada mediado deve conseguir se imaginar na posição do outro, compreender seus valores muitas vezes diferentes, superando a tendência cultural da ordenação de valores segundo hierarquias



variadas, desapegando-se de suas “verdades” que até então serviam para satisfazer uma segurança imaginária mas no fundo conflituosa.

**Não Reação:** Este preceito propõe uma transformação de prática agressiva, adquirida a partir da “não reação” diante uma acusação injusta, trocando a atitude da reação que é também continuidade da atitude de rompimento, pela reformulação que rompe o jogo da ofensa e cria oportunidade para o outro também reformular o seu ânimo pré existente.

**Não Ameaça:** A ameaça induz disputa por poder, confronto e violência, não condizente com as propostas de excelência nas soluções aqui elencadas, do estímulo ao diálogo e reconstrução dos laços rompidos e que conviviam ser reatados.

Deve-se esclarecer sua proibição desde o início do processo - a NÃO REAÇÃO - pois as ameaças podem por tudo por água abaixo. .

Resultando na preparação de cidadãos participativos na sociedade, a Mediação, sob o aspecto comunicacional, tem reflexão bastante esclarecedora nas linhas de Águida Arruda Barbosa:

*“A Mediação é um fenômeno que vem se organizando pela sociedade civil, porque corresponde a uma legítima demanda de reconhecimento do cidadão que adentra o terceiro milênio, correspondendo a um anseio humano de sistemas de **construção de passarelas e não de muros**. A Mediação apresenta-se como uma ferramenta ao aperfeiçoamento da cidadania, por meio da construção de passarelas de acesso à justiça.”<sup>7</sup> (grifo nosso).*

A análise dos aspectos comunicacionais e dos preceitos fundamentais da comunicação construtiva, permite o resgate da compreensão entre as partes que recuperam, juntas, a capacidade de se responsabilizar por suas próprias escolhas, construir a transformação do conflito, tornando-se aptas a também responderem e a participarem ativamente na comunidade em que vivem.

---

<sup>7</sup>BARBOSA op. cit., p. 27.

### 3. UM DIÁLOGO ENTRE MÉTODOS ALTERNATIVOS

Como bem narra Adolfo Braga Neto, “A mediação é um dos vários métodos chamados de alternativos para a resolução de conflito e são considerados alternativos por se constituírem em opções ao sistema tradicional de justiça”.<sup>8</sup>

Ademir Buitoni, em artigo publicado na compara a atuação do mediador com os métodos alternativos “o mediador, diferentemente do Juiz, não dá sentença; diferentemente do árbitro, não decide; diferentemente do conciliador, não sugere soluções para o conflito.”<sup>9</sup>.

Embora não se possa ignorar a precária condição de se conseguir a tutela estatal jurisdicional que decore principalmente da forma como é tratado o conflito em nossa sociedade, os métodos alternativos não tem a finalidade de substituir a utilização do sistema judicial, mas sim de adicionar outras preocupações, com as pessoas e o desenvolvimento qualitativo das relações interpessoais, transformando-as em sujeitos e não em meras peças de seus conflitos.

Decisões recentes anexadas a este trabalho demonstram a boa recepcionalidade do Poder Judiciário para com os métodos alternativos, vejamos parte da ementa de uma dessas decisões:

*PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE SENTENÇA ARBITRAL. INSTITUTO DA ARBITRAGEM. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA. VALIDADE. INTELECÇÃO DO ART. 3º, DA LEI Nº 9.307/96. NECESSIDADE. APELO DOS AUTORES IMPROVIDO. Em vista dos céleres avanços da vida em sociedade, e do agigantado aumento dos litígios entre as pessoas, não se pode furtar ao reconhecimento de que a administração da Justiça pelo Estado-Juiz tem revelado, além da morosidade que assola o Poder Judiciário, a alarmante dificuldade de se dar uma resposta adequada às necessidades que reclamam uma pronta solução de conflitos. Assim, à luz do inegável congestionamento da Justiça, imperioso se abdique das soluções tradicionais, na busca*

---

<sup>8</sup> SAMPAIO & NETO, op. cit., p. 8.

<sup>9</sup> Revista dos Advogados op. cit., p. 111.

*de novas fórmulas e novos caminhos tendentes à pacificação social, alvitando a celeridade e praticidade aos litigantes.*<sup>10</sup>

Os Métodos de Resolução Alternativa de Disputa (RAD) ou Alternative dispute resolution (ADRs), abrem caminhos para possibilidades diferentes dos tradicionais instrumentos de resolução, ampliando a atuação preventiva, evitando desentendimentos futuros, por utilizar procedimentos de desconstrução dos conflitos e restauração do diálogo por meio do qual se constroem uma maior possibilidade de solução verdadeira, sem traumas.

São denominados alternativos, pois trazem novas opções ao sistema tradicional de justiça fora do aparato do Poder Judiciário fechado. Como bem exposto por Águida Arruda Barbosa na página 53 em sua dissertação de Mestrado:

*Deste logo, impõe-se, refletir sobre o significado do termo alternativo, que vem a ser uma opção entre duas ou mais escolhas. Afastando, assim um modismo atual de se qualificar de alternativo o conhecimento advindo de práticas que não correspondem ao reigor do método científico, como exemplo a Medicina, com tantas terapias propostas para tratamento de doenças físicas e distúrbios psíquicos.*<sup>11</sup>

Logo, a Mediação se revela como um dos meios a disposição do cidadãos. Sem a pretensão de esgotar o tema, trataremos de relacionar brevemente os outros meios alternativos que estão em mesma escala valorativa, com a Mediação.

### **3.1. Negociação**

A Negociação, inerente às relações humanas, é empregada em todos os métodos alternativos de solução de conflito, ocorre como primeiro instrumento quando as partes procuram composição pacífica das diferenças que se apresentam em qualquer tipo de relacionamento.

Está ao alcance de todos, fazendo-se apenas pelos envolvidos, que recorrem naturalmente ao diálogo e a troca de informações para, independente de um terceiro presente nos outros métodos citados, buscar a solução comumente via contrato.

---

<sup>10</sup> Brasil Tribunal de Justiça 4 Vara Cível, Comarca: Guarulhos.

<sup>11</sup> BARBOSA, op. cit. p. 53.

Para análise comparativa citamos conceito de Moore:

*A mediação é um prolongamento ou aperfeiçoamento do processo de negociação que envolve a interferência de uma aceitável terceira parte, que tem poder de tomada de decisão limitado ou não-autoritário. Esta pessoa ajuda as partes principais a chegarem de forma voluntária a um acordo mutuamente aceitável das questões em disputa. Da mesma forma que ocorre com a negociação, a mediação é um processo voluntário em que os participantes devem estar dispostos a aceitar a ajuda do interventor se sua função for ajudá-los a lidar com suas diferenças – ou resolvê-las.<sup>12</sup>*

### **3.2. Mediação versus Arbitragem**

Como em todos os métodos alternativos, a técnica da arbitragem depende do livre exercício de vontade das partes, expressado nesse instituto de duas maneiras: de maneira preventiva, como cláusula instituída no momento da elaboração do contrato, chamada compromissória ou arbitral. Ou ainda expressado depois de estabelecido um conflito, acordam as partes resolvê-lo na via arbitral, denominado compromisso arbitral.

Já como técnica alternativa específica, trata-se de instituto milenar, admitido expressamente no Brasil desde as Ordenações Filipinas e Manuelinas, e na Constituição do Império em 1824. Sua admissão na legislação ordinária passou por diversas fases a fim de adaptá-la às novas formas de sociedade. Está atualmente regulamentada pela Lei nº. 9.301/1996, que incentivou e possibilitou a ampliação do instituto com mudanças positivas ao retirar obstáculos como a obrigatoriedade de homologação judicial da sentença arbitral e a dupla homologação para reconhecimento e execução das sentenças arbitrais estrangeiras. Ainda continua presa a pré-requisitos que dificultam sua aplicação prática

Foi instituída com a aceitação da homologação pelo árbitro (se for um só) ou por todos os árbitros (se forem três). Os árbitros são terceiros especializados que decidirão a resolução do litígio após percorridas todas as fases do processo arbitral. Será proferida a sentença arbitral,

---

<sup>12</sup> Cristopher W. Moore *apud* DIAS, op. cit. p. 48.

Esta decisão vincula as partes pois se equipara à sentença judicial. Há para as partes uma maior autonomia na escolha das normas a serem aplicadas e até mesmo da câmara ou do árbitro.

A Lei da Arbitragem determina quais matérias podem ser submetidas a este método, os direitos patrimoniais e disponíveis.

Muito embora tenham em comum o objetivo de resolver de forma pacífica e construtiva os conflitos apresentados, são institutos próprios, diferentes, como estamos observando. Enquanto a arbitragem objetiva a promulgação de uma sentença arbitral, a mediação tem por objetivo primordial a transformação do relacionamento num dissenso visando um entendimento, com possível mas não necessário acordo.

Outro ponto de diferença está nos fatos relevantes para cada instituto: para a Arbitragem considera-se relevante o conhecimento dos critérios legais enquanto para a Mediação os critérios legais não tem relevância: considera a troca de informações e esclarecimentos sobre o caso e a matéria a ser mediada, que ocorre no momento de pré-mediação.

As partes no processo de Arbitragem, podem escolher as normas a serem aplicadas ao caso, bem como escolhem diretamente um ou mais especialistas incumbidos de proferir a sentença, à qual ficarão vinculadas. Já as partes de um processo de mediação encontram por si mesmas a satisfação mútua, aceitando o mediador apenas para facilitar o direcionamento e sinalização de suas próprias diretrizes.

### **3.3. Mediação versus Conciliação**

Embora esteja geralmente vinculada ao Judiciário, e tenha objetivo de apresentar às partes uma possibilidade para evitar os desgastes da batalha judicial, a Conciliação é um método de solução de conflitos, para e não uma simples audiência, para reduzir a pauta dos julgamentos.

É pontual e trabalha com a parte aparente do problema, tem a finalidade de aproximar as partes, mas apenas para a solução daquela disputa, a tarefa feita por um terceiro investido de autoridade decisória que controla as negociações e sugere soluções apontando os prós e contras de cada situação imaginada. Tais sugestões – do julgador - nunca tem caráter impositivo, mas infletem para acelerar uma composição entre os envolvidos pondo fim à demanda, o que ocorre quando uma das soluções propostas é eleita pelas partes em consenso. Os exemplos típico mais

comuns estão nas são as conciliações judiciais no Poder Judiciário – Lei nº. 9.099/1995 e na Justiça do Trabalho.

A Conciliação e a Mediação diferem em diversos aspectos, sendo o primeiro deles a abordagem do conflito, pois a Conciliação visa gerar um acordo rápido, numa audiência, em conformidade ao enquadramento legal, entre partes sem vinculações sociais ou afetivas, em casos mais simples e recorrentes. Ao passo que sob a mediação, observam-se relações construídas em tempo razoável, exigindo-se do mediador um conhecimento profundo desta relação, daí necessidade de tempo maior, suficiente para destrinchar todos os âmbitos da relação analisada, Uma vez que visa primordialmente equalizar as formas de relacionamento, conhecendo e atendendo às necessidades e interesses dos envolvidos estimulando o diálogo para possibilitar a solução produzida pelos próprios envolvidos.

Diferentemente o conciliador pode opinar, sugerir, apontar vantagens e desvantagens, enquanto o Mediador deve se compor com máxima neutralidade, facilitar a conversação, sendo um observador atento, inteligente e imparcial, apontando para pontos importantes por meio de questionamentos que, respondidos pelas partes permitem uma reflexão sob prisma da solução integral, diferente das posições unilaterais que já possuíam, ampliando suas visões sobre o conflito e inevitavelmente derrubando a absolutividade de suas próprias “verdades”.

#### 4. HISTÓRIA

Embora em muitos contextos não tenha recebido este signo – MEDIAÇÃO - a história nos revela que a Mediação encontra-se dentre as técnicas mais antigas de resolução de conflitos, através da qual as organizações sociais e principalmente as tradições religiosas mais antigas, propunham, nas suas formas de pacificação, a figura do mediador, ligada à figura do chefe religioso, um mestre ou muitas vezes um cacique, pois como é de conhecimento geral, a pacificação da organização social nas civilizações antigas esteve sempre muito ligada à religiosidade. O status atribuído ao chefe religioso ou social nestes casos, não era o de comandante, pai ou controlador, mas de organizador e viabilizador, existindo a mediação em sua forma mais pura, pois o terceiro que gozava da absoluta confiança das partes não atuava nem se sentia superior a elas. A estes chefes, se atribuía a função de mediador, função de dirigir e dirimir conflitos.

*As soluções de conflitos entre grupos humanos se efetivaram, de forma constante e variável, através da mediação. Culturas judaicas, cristãs, islâmicas, hinduístas, budistas, confucionistas e indígenas têm longa e efetiva tradição em seu uso. É uma prática antiga, identificada já no Velho Testamento, embora seja comum ser reapresentada como um novo paradigma, uma inovadora metodologia de resolução de conflitos.*<sup>13</sup>

No mesmo artigo, Angela Hara explica que a Mediação como entendida hoje, é reinvenção de tradição antiga, o que comprova sua efetividade no mundo. Como informa o conceito de mediação já citado de Sampaio e Neto<sup>1</sup>:

*Embora remontem a tempos antigos, após muitos estudos e pesquisas, que resultaram em uma nova formatação teórico-prática, foram adaptados à realidade das últimas décadas do século XX e ainda hoje continuam sendo constantemente aperfeiçoados.*<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup>BUONOMO, Angela Hara. **A Reinvenção da Tradição no Uso da Mediação**. Revista de Arbitragem e Mediação, n. 3, p. 143.

<sup>14</sup>SAMPAIO, Lia Regina Castalde; NETO, Adolfo Braga. **O que é mediação de Conflitos**. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 8.

Tais adaptações chegam À Mediação tratada neste trabalho, observando-se o seus primeiros movimentos nos Estados Unidos, onde passou a ser desenvolvida como atividade profissional reconhecida a partir do século XX.

Neste surgimento contemporâneo, a Mediação vem sendo utilizada para solucionar conflitos de natureza empresarial nos Estados Unidos, consolidando-se como ADR em 1970 quando é adotada pela American Bar Association como outra alternativa a ser oferecida ao Judiciário para completa-lo na distribuição da boa justiça.

Em 1980 a escola de Harvard orienta para o que considera na época “Modelo Tradicional Linear de Mediação”, tendo como maiores referências os juristas Fischer, Patton e Ury, especializados no ramo empresarial e também na arte de diminuir as diferenças e aumentar as semelhanças das partes em litígio; centram-se no conteúdo da comunicação, este método é hoje o mais rápido e eficiente para o resultado acordo.

A linha francesa dinâmica, introduzida no Brasil por estudos das autoras e membros do IBDFAM Águida Arruda Barbosa, Eliana Riberti Nazareth e Giselle Groeninga Almeida que traduzem e estudam publicações de filósofos como Jean François Six. Esta linha baseia-se no método primordialmente comunicacional, como forma de reestruturação da convivência social entre as pessoas. Utiliza-se de bases filosóficas da relação, da amizade e da qualidade política atribuída pela amizade, idéias de fontes variadas como Paul Ricoeur, Emmanuel Marcel, Aristóteles, Hannah Arendt, entre outros.

Já a escola WARAT, filósofo argentino radicado no Brasil, onde se graduou e pós graduou em Direito, autor da obra “O Ofício do Mediador”, em 2001. O referido autor, no estudo citado, conceitua o mecanismo “como terapia do reencontro, a mediação é a produção, psicoterapêutica, da diferença com o outro de um conflito” (WARAT, 2001, p.93).

#### **4.1. História da Mediação em Portugal**

A Constituição da República Portuguesa consagrou a **mediação** em seu artigo 202 n°. 4, estabelecendo: “*a lei poderá institucionalizar instrumentos e formas de composição não jurisdicional de conflitos*”.

No ano de 1990 o encontro e aliança de um grupo multidisciplinar formado por terapeutas familiares, psicólogos, juristas e magistrados criaram o Instituto Português de Mediação Familiar que, em parceria com o Centro de Estudos Judiciários, realizou o primeiro



Curso de Formação de Mediadores Familiares (1994). Em 1997 o Instituto realiza o primeiro Congresso Internacional de Mediação sob o feliz tema intitulado: “**Mediação, uma Cultura de Paz**”.

A seguir, em 1997, com o objetivo de implantar um serviço de mediação em matéria de regulação do poder paternal<sup>15</sup>, o Ministério da Justiça e a Ordem dos Advogados celebraram um protocolo de colaboração criando, em caráter experimental, o projeto “Mediação Familiar em Conflito Parental”. Na concretização deste projeto o Ministro da Justiça, por meio do Despacho nº. 12368/97, determinou a criação de um gabinete destinado a assegurar a prestação de um **serviço público de mediação familiar em situações de divórcio e separação**, o Gabinete de Mediação Familiar (GMF) possuía atividades a partir de setembro daquele ano e competência inicialmente limitada aos Conselhos de Lisboa.

A lature de movimentos extrajudiciais, diversas leis posteriores vieram veiculando a matéria, possibilitando a aplicação da mediação de conflitos nesta e em várias outras searas. A Lei Tutelar Educativa (166/99) tratou da possibilidade da mediação, assim também o Decreto-Lei nº. 146/99<sup>16</sup> que regulamentou a resolução extrajudicial de conflitos sobre consumo e o Decreto Lei 486/99 aprovando o Novo Código de Valores Mobiliários, regulou neste mesmo instrumento a implementação de mecanismos de mediação de conflitos nas relações dos investidores em face das entidades intervenientes nos mercados de valores mobiliários.

Em 2006 o Ministério da Justiça e diversas Confederações do setor assinam o protocolo do Sistema de Mediação Laboral, facultando às empresas e aos trabalhadores mais esta via para resolução de seus litígios laborais.

De outro lado, surge também a **Mediação Penal**, permitindo ao indiciado e ao ofendido utilizar este método extrajudicial nos litígios resultantes de prática de crimes de menor poder ofensivo contra as pessoas, património ou crimes particulares, desde que puníveis com pena de até 5 anos ou sanção mais branda e desde que o ofendido tenha idade igual ou superior a 16 anos. O Sistema de Mediação Penal consagrado na Lei 21/2007 também promovido pelo

---

<sup>15</sup>Foi por meio da Lei Nº 61/2008 (conhecida pela nova lei do Divórcio) que o poder paternal passou a designar-se por responsabilidades parentais.

<sup>16</sup>O DL nº. 146/99 cria um sistema de registo voluntário de procedimentos de resolução extrajudicial de conflitos de consumo, estabelecendo as regras e princípios de criação e funcionamento das entidades privadas para a sua implementação, nestes incluindo os serviços de mediação.

Ministério da Justiça, insere-se na linha da justiça restaurativa, que busca a recuperação da vítima e a reabilitação do agressor.

Em 2007, em continuação do desenvolvimento do Gabinete de Mediação Familiar, é criado o Sistema de Mediação Familiar - SMF - alargando aquele primeiro projeto experimental a todo o território nacional: “O presente despacho visa agora regulamentar e desenvolver um outro tipo de mediação — a mediação familiar —, através de três aspectos essenciais: o alargamento da mediação familiar a novas zonas do País; o alargamento das matérias de conflitos familiares susceptíveis de ser resolvidas através da mediação familiar, e a reconfiguração do serviço público de mediação familiar através do sistema de mediação familiar, que permite a prestação desta via de resolução de conflitos de forma mais flexível.” (DESPACHO 18778/2007). Neste mesmo âmbito, em 2008 o SMF alcança todo o território nacional, continental e ilhas.

A partir de 2008, a Mediação alcança maior reconhecimento ao ser incluída no Código Civil português por via da Lei n.º 61/2008, de 31 de Outubro, que alterou o regime jurídico do divórcio, estabelecendo que, “antes do início do processo de divórcio, a conservatória do registo civil ou o tribunal devem informar os cônjuges sobre a existência e os objectivos dos serviços de mediação familiar”.

Embora todos os dispositivos mencionados representem relevantes contributos em matéria de Mediação de Conflitos, a consagração deste método no ordenamento jurídico português ocorre efetivamente com a criação dos Julgados de Paz, na promulgação da Lei 78/2001 que prevê a figura da mediação como fase processual dos conflitos de sua competência.

Os Julgados de Paz, inspirados a partir dos Juizados Especiais do Brasil, buscam a desburocratização, em alternativa aos tribunais comuns e cujo objetivo consiste em permitir a participação cívica dos interessados e a estimular a justa composição dos litígios por acordo das partes.<sup>17</sup>

A Lei dos Julgados de Paz é posteriormente alterada pela Lei n.º. 54/2013 com adaptação do conceito de mediação em conformidade com a Lei 29/2013: “Mediação é a forma de resolução alternativa de litígios, realizada por entidades públicas ou privadas, através da qual duas ou mais partes em litígio procuram voluntariamente alcançar um acordo com assistência de um mediador de conflitos”.

---

<sup>17</sup>PEREIRA, J. (2003). A Criação de Novos Julgados de Paz. Boletim da ASJP, IV série, n.º 2.171-176.

#### **4.1.1. Parlamento Europeu**

No cenário evolutivo de reconhecimento dos benefícios da mediação de conflitos, ainda em 2008 o Parlamento Europeu e o Conselho da União Européia aprovaram a Diretiva 2008/52/CE a fim de promover a regulação da mediação em matérias civis e comerciais pelos Estados Membros.

Na ordem jurídica portuguesa a incorporação da Directiva deu-se inicialmente por meio da Lei 29/2009, vulgarmente conhecida como Lei do Inventário, bem como a regulamentação da mediação no Código de Processo Civil.

Diante de duras críticas em razão das lacunas conceituais e contextuais da Mediação de Conflitos, bem como a preocupação de regular em termos mais consistentes um instituto de tamanha importância, as normas sofreram revogações, passando a ter um tratamento normativo no quadro da Lei geral da Mediação- Lei n.º 29/2013, de 19 de Abril.

O cenário das novas normas para a harmoniosa inclusão social, com empoderamento dos indivíduos nos conflitos, não fugiu dos regramentos clássicos da renovação do Direito Positivo e das novas fontes do Direito, via Diretivas do Parlamento Europeu. A Lei 29/2013 não apenas consagrou a mediação como excelente via de acesso à justiça em acordo com o artigo 202 da CRP e com a Directiva, mas também promoveu o próprio Instituto no âmbito do direito privado e na organização de sistemas públicos de mediação.

#### **4.1.2. Breves Comentários à Lei 29/2013 (Portugal)**

Diferentemente do Brasil, onde o Novo Código de Processo Civil e a Lei da Mediação (promulgados quase simultaneamente), representaram a primeira positivação efetivamente formal da Mediação de Conflitos, a Lei da Mediação em Portugal unificou em único diploma, regimes que se encontravam dispersos. Como explanado (Histórico da Mediação em Portugal), o ordenamento possuía uma série de regulamentações esparsas.

Em razão dos riscos e dificuldades para que a uniformidade da norma reguladora não prejudicasse a flexibilidade e a informalidade inerentes ao método, a Lei da Mediação mantém os diplomas que conduziam o sistema de mediação pública e traça diretrizes em sentido amplo: regula seus princípios estruturantes, seu regime jurídico em matéria civil e comercial e os regimes jurídicos dos mediadores e da mediação pública.

Como meio em que a autonomia das partes é protagonista, a Lei 29/2013 estabelece e positiva o **princípio da voluntariedade** exigindo a necessária obtenção de um consentimento esclarecido e informado das partes para sua concretização, admitindo-se possível desistência durante o processo, bem como a possibilidade de convenção de mediação formalizada em contrato, caso em que se prejudica a voluntariedade obrigando ao início do procedimento, ainda que com posterior desistência. A exceção ao princípio determina que, havendo manifestação estipulada em contrato, o juiz deverá suspender o processo judicial encaminhando-o para procedimento de mediação.

Aplicável a toda e qualquer mediação realizada em território português, a Lei 29/2013 também assegura de forma expressa os princípios da confidencialidade, da igualdade, da imparcialidade, independência e a executoriedade dos acordos.

A força executiva, sem necessidade de homologação judicial, é inovadora no âmbito do direito português e está assegurada a todos os processos de mediação que cumpram os requisitos da Lei e para os quais não seja expressamente exigida a homologação.

Cabe mencionar também a consagração do estatuto dos Mediadores de Conflitos, que estabelece os direitos e deveres, impedimentos, escusas e reforçam características como a imparcialidade, atribuindo competência ao governo para certificar entidades formadoras.

*“A mediação, enquanto mecanismo flexível, evidenciando uma aparente leveza procedimental no que concerne aos seus trâmites, torna-se um corpo estranho no sistema jurídico, fortemente legalizado, em que nos inserimos, pelo que a sua regulamentação (ou regulação) tornar-se-á na chave da afirmação deste instrumento junto dos operadores jurídicos, mas também dos cidadãos.”<sup>18</sup>*

Embora estranho a regulamentação de instituto intrínseco e natural dos homens e da sociedade, a consolidação da Mediação de Conflitos no ordenamento jurídico português preencheu lacunas importantes para a maior confiabilidade e credibilidade do Instituto da Mediação, contribuindo para estimular e divulgar a crescente utilização do mecanismo disponível como alternativa natural à superação da via judicial.

---

<sup>18</sup><https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/901/948>.

## 4.2. História da Mediação no Brasil

Por seu turno, a Mediação no Brasil nasce principalmente da necessidade de viabilizar e efetivar o acesso a justiça, consagrado na Constituição Federal do Brasil - CF/88 -em seu artigo 5º inciso XXXV que dispõe: “XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;”.

O acesso à Justiça sempre trouxe à tona indagações sobre o acerto da utilização dos meios procedimentais na vida prática, a saber a quem e para o que foram criados. O primeiro movimento moderno, realmente importante de acesso à justiça, ganha força em 1970, chamando a atenção para a necessidade da efetividade na tutela jurisdicional, afim de, com ela, levar a efetividade e acessibilidade da justiça para toda a população.

Em passo seguinte, outro movimento na mesma direção liderado principalmente pelos ilustríssimos juristas Mauro Cappelletti e Bryant Gart, teve repercussão e, em meados de 1988, influenciado pelos ideais na Constituição Cidadã, os congressistas-constituintes trataram de incluir na Lei Maior, expressamente, os mecanismos pacíficos de solução de conflitos em seu Preâmbulo e do acesso à justiça no art. 5º, destacando a necessidade desta tutela resultar e refletir uma resposta célere e tempestiva aos conflitos sociais comuns. Assim, do empenho em disseminar o acesso à justiça, observa-se que por muito tempo, se vislumbrou como exclusivo meio o direito a uma sentença judicial .

Já em meados de 2004, o Poder Executivo, através do Ministério da Justiça, ampliando as suas prerrogativas, realizou pesquisa para diagnosticar o volume dos processos judiciais, concluindo pelos números concretos a já conhecida dificuldade da instituição para atender ao excesso de demandas pela via contenciosa comum. Logo, se apresentam a necessidade de uma reestruturação dos órgãos jurisdicionais e um novo conceito de acesso ampliado à justiça, percebendo-se novos caminhos para sua efetiva conquista, não somente em reformas legislativas do Poder Judiciário mas também com a instituição de novos órgãos fundados em outros paradigmas culturais, agora inclusive, sem a belicosidade tradicional.

Observada a realidade, o Ministério da Justiça promoveu estudo denominado “Acesso à justiça por sistemas alternativos de administração de conflitos”. Mapeou 67 programas em 20 das 27 unidades Federativas e contribuiu para o nascimento de nova política pública voltada às soluções por métodos consensuais alternativos.

Na verdade deu-se ênfase à Arbitragem, à Conciliação e à Mediação, traduzindo-se em ampliação do conceito de acesso à justiça, com novas interpretações ao citado inciso XXXV do art. 5º da Carta Magna Brasileira.

Em contribuição, a experiência da mediação, em comunidades menos favorecidas, possibilitou, além de efetivo e verdadeiro acesso à justiça, resolução célere das pendências apresentadas; a inclusão social das pessoas na comunidade, pois ao se sentirem capazes de conduzir suas próprias divergências, conseguiram também perceberem-se capazes de agir como cidadãos participativos, inserindo-se na sociedade da qual se sentiam meio excluídos, e conquistando melhorias para si e afirmando-se nas suas comunidades.

Também na esfera penal, em casos de violência doméstica, a mediação, além de proporcionar o acesso à justiça, trabalhou além do âmbito aparente do conflito, diminuindo os casos de reincidência e recuperando também o ofensor, tornando-o apto para melhor conviver na sociedade familiar e se inserir na sociedade maior.

*MEDIAÇÃO é compreendida como um dos meios utilizados para efetivar a paz quando se destaca a educação para a solução pacífica de conflitos. Além de ser um instrumento voltado para a solução consensual, a mediação fortalece a cultura de paz e de participação política, já que compreende o problema e possibilita o diálogo entre as partes, permitindo uma boa administração dessa controvérsia.<sup>19</sup>*

A perceptível insuficiência do Poder Judiciário em responder a todas as demandas havidas na via contenciosa do velho Direito, é sintoma de enfermidade social que vai encontrar na mediação uma das formas de tratamento eficiente, não apenas para enfrentar os sintomas, mas principalmente a sua origem: a dificuldade dos cidadãos em aceitar a incumbência de dirigirem suas próprias vidas e atuarem de forma madura no exercício da autonomia de suas vontades: buscar o Estado como figura paterna para solucionar seus conflitos é muito pouco.

Neste sentido, inicia-se no Brasil um movimento doutrinário e positivista (no sentido normativo) para o desenvolvimento da Mediação de Conflitos, longe das estruturas rígidas do Judiciário, frente à frente, manejando mecanismos metaprocessuais e paraprocessuais, acertando a vida de pessoas, famílias e grupos sociais.

---

<sup>19</sup>SALES, Lília Maia de Moraes. **A Mediação de Conflitos e a Pacificação Social**. Fortaleza: ABC, 2003, p. 134/135.

#### **4.2.1 História da Mediação no Brasil Sob o Prisma Legislativo**

Embora os principais atos em favor da implementação da Mediação no Brasil tenham sido registrados e reconhecidos como parte desta história, importa considerar que diante da constatação de insuficiência do Acesso a Justiça pela via judicial, pipocaram de forma desordenada sua aplicação em regiões esparsas sua aplicação, dentro e fora do Judiciário, ou em parcerias entre órgãos públicos e entidades da sociedade civil, como organizações não governamentais, grupos religiosos ou associação de moradores.

Deste modo, não obstante a positivação da mediação no Brasil ter ocorrido tardiamente, salienta-se que há tempos se encontrava difundida e sendo exercida nos mais diversos ramos do direito e também fora dele.

Com intenção de institucionalizar o método da mediação como meio de acesso a justiça, no ano de 1998, a Deputada Federal Zulaiê Cobra apresentou à Câmara a primeira proposta de regulamentação da mediação no Brasil, por meio do Projeto de Lei nº. 4.827/1998, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e remetido ao Senado onde recebeu o número Projeto de Lei nº. 94/2002.<sup>20</sup>

Concomitantemente, o Instituto Brasileiro de Direito Processual havia constituído comissão para a elaboração do Anteprojeto de Lei sobre a Mediação de Conflitos, fomentando diversos debates públicos que antecederam à elaboração do texto final, posteriormente apresentado ao Governo Federal.

Diante da preexistência do projeto de lei apresentado e já aprovado na Câmara, o Ministério da Justiça decidiu unir as forças em favor da mediação, realizando audiências públicas que contaram com a participação da Deputada e de seus colaboradores neste projeto bem como com o Instituto Brasileiro de Direito Processual e outras organizações interessadas.

O Conselho Nacional de Justiça, criado em 2005 com a missão administrativa de reestruturação e fiscalização de todo o Poder Judiciário, efetuou pesquisas profundas da realidade, diagnosticando o quadro Nacional. Constatou o volume estratosférico das pendências cartoriais, a impossibilidade da resolução de todos os litígios pela via contenciosa comum, além

---

<sup>20</sup>PINHO, Humberto Dalla Bernardina de [organizador]. Teoria Geral da Mediação à luz do Projeto de Lei e do Direito Comparado, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

de observar a falta de unidade entre os tribunais, com significativa queda na qualidade do atendimento Jurisdicional<sup>21</sup>.

A partir desta percepção, inicia-se um resgate do Judiciário às suas missões essenciais, atuando na implementação de uma política pública de responsabilidade social para com uma ordem Jurídica justa que promova o verdadeiro acesso a justiça e a pacificação social. Surge o movimento pela **conciliação**, método que estava sendo exercido com muitas deficiências, exceção feita na Justiça do Trabalho. O Conselho Nacional de Justiça - CNJ - se empenhou em melhorar a sua qualidade e funcionamento, e assim, começando pela **conciliação**, gradualmente, vem implementando as formas alternativas de solução de conflitos.

Aos 08 de dezembro de 2006 o movimento se consolida com projetos como “**conciliar é legal**”. Promove-se a Semana da Conciliação do ano de 2010 (365.880 audiências e 173.133 acordos), implementada ao longo de 5 anos, alicerces para viabilizar a modificação do paradigma tradicional, induzindo a sociedade a atingir a maturação, possibilitando a melhor estruturação da política pública da conciliação e posteriormente da mediação.

Aos 29 de novembro de 2010 a **Resolução no. 125 do Conselho Nacional de Justiça**, criou requisitos e mecanismos objetivos com a principal finalidade de disseminar a cultura de pacificação de conflitos através de tratamento adequado, incentivando, não apenas o crescimento mas e principalmente, quase impondo a implementação destes novos métodos a todo o Poder Judiciário (Justiças Estaduais e Justiças Federais).

A Resolução 125 surge com a necessidade de providências capazes de manter mediadores e conciliadores com a mesma credibilidade e dignidade dos juízes. Em 2009 o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Luiz Fux, com o objetivo de apresentar um novo Código de Processo Civil, convocou uma Comissão de Juristas que, em tempo recorde, apresentou um Anteprojeto do Código com a inclusão dos novéis institutos autocompositivos.

O Anteprojeto tratou dos meios consensuais de pacificação e após novas e amplas discussões entre Comissões de Juristas, Câmara dos Deputados, Ministério da Justiça, a sociedade civil e acadêmica, chegou ao legislativo federal. O texto aprovado pelo Congresso Nacional subiu à sanção presidencial, publicado em 2015 com *vaccatio legis* de um ano.

---

<sup>21</sup>PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Uma leitura processual dos direitos humanos. O direito fundamental à tutela adequada e à opção pela mediação como via legítima para a resolução de conflitos, in KLEVENHUSEN, Renata Braga (organizadora). Temas sobre Direitos Humanos em Homenagem ao Professor Vicente Barreto, Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2009, pp. 63/80.



Posterior , mas com entrada em vigor anteriormente, a Lei de Mediação (Lei nº. 13.140/2015) veio a lume em junho de 2015 para disciplinar a mediação judicial e extrajudicial como forma autocompositiva de solução de conflitos.

#### 4.2.2. Comentários à Lei 13.140/2015 (Brasil)

A Lei Brasileira propõe-se a regular a **Mediação e a Conciliação**, mecanismos naturais, exercidos no Brasil muito antes de sua previsão legal! A Conciliação já encontrava regulamentação em leis esparsas e até mesmo nos antigos Códigos de Processo Civil, enquanto que a Mediação surgiu, efetivamente positivada, na letra do Novo Código de Processo Civil - Lei 13.105/15 com vigor a partir de 18.03.2016, e na Lei 13.140/2015, de 26.06.2015 sob *vacatio legis* de 180 dias.

A criação de dois instrumentos legais em momentos tão próximos, vem confirmar a crescente tendência legislativa para regulamentar meios alternativos ao judiciário, no entanto causam dificuldades aos operadores do direito para lidar com divergências e lacunas advindas das diferentes redações, exigindo maior trabalho interpretativo

A principal e imperdoável divergência entre os dispositivos versa sobre os princípios norteadores dos institutos, pois como se sabe, o referencial principiológico é de máxima importância e a manutenção terminológica, em ambos, seria mais conveniente, dando-lhes maior segurança jurídica.

A Lei 13.140/2015 se propondo-se a regular os dois institutos, trata muitas vezes da Mediação e se esquece da Conciliação, haja vista definir, expressamente, apenas o conceito da primeira. Melhor seria ter tratado os institutos - Conciliação e Mediação - em dispositivos independentes e um pouco mais largamente.

A respeito do Princípio da Autonomia da Vontade (mais comumente chamado em Portugal de Princípio da Voluntariedade), o § 2º. do artigo 2º estabelece que “**ninguém será obrigado a permanecer em procedimento de mediação**”, havendo previsão de obrigatoriedade em dar início ao processo de Mediação, mas não a sua obrigatoria permanência neste procedimento.

Em relação à previsão contratual, a lei brasileira se posiciona do mesmo modo que a lei portuguesa, obrigando as partes a comparecer à primeira sessão (ou reunião), podendo desistir posteriormente.

Sobre a mediabilidade, o legislador brasileiro dispôs que os direitos indisponíveis também poderão ser objeto da mediação **desde que admitida a transação**. Ademais, o processo de Mediação pode tratar do conflito integralmente ou de apenas uma parte. A lacuna sobre quais seriam os direitos indisponíveis que admitiriam transação, é matéria para a hermenêutica dos operadores do direito, inclusive para a futura jurisprudência, devendo, em casos controversos sobre a possibilidade de transação, serem homologados em juízo, ouvido o Parquet. .

Mediador, regra geral, deverá ser constituído pelo tribunal ou escolhido pelas partes, devendo conduzir e viabilizar o diálogo, facilitando o consenso e o entendimento mútuos. Haverá diferenciações nas regras aplicáveis para os casos de Mediações judicial e os de Mediações extrajudiciais.

Por questões de justiça, bom senso e na ação de estimular a escolha dos métodos autocompositivos, a lei também estabelece a suspensão do prazo prescricional, sendo seu *dies a quo* a data da primeira reunião.

Determina ainda que os Tribunais criarão e manterão cadastros atualizados dos mediadores habilitados e autorizados a atuar em mediação judicial, devendo o mesmo instituto fixar a remuneração devida aos mediadores, custeada pelas partes ou na forma da lei que vier a regular os réditos deste nobre labor.

Em contraponto à Lei, o Novo Código de Processo Civil do Brasil, no § 6º do artigo 167 determina que os tribunais poderão optar pela criação de cadastros próprios de conciliadores e mediadores a serem preenchidos por concurso público, com a profissionalização remunerada da função.

A proposta do NCPC brasileiro parece mais razoável uma vez que o custeio pelas partes leva a uma elitização da mediação, influenciando negativamente sobre os menos dotados financeiramente.

Em seu artigo 32 a Lei da Mediação regulamenta a possibilidade das Pessoas Jurídicas de Direito público criarem **câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos** a fim de promover o bom uso da Mediação e da Conciliação nas lides entre órgãos da administração pública ou entre particulares e a administração.

Tais câmaras já vinham funcionando desde 2007, mas a regulamentação abre maiores possibilidade de composição nas vias administrativas para que matérias já pacificadas e

demandas repetitivas sejam padronizadas, podendo ser objeto de acordos advindos da Mediação e da Conciliação.

O artigo 46 da Lei também prevê novidade sobre a possibilidade de instrumentalização da mediação via INTERNET, com a anuência, sempre, das partes envolvidas. A Conciliação, desde 2012, já se processa, virtualmente, na Justiça Federal Brasileira sob o *nomen juris* de FORUM DE CONCILIAÇÃO VIRTUAL. O procedimento prima pela simplicidade e abrangência territorial ampla, inclusive com possibilidade de composição estraterritorial (art. 46 Parágrafo único).

#### **4.3. Análise Comparativa da Mediação em Portugal e no Brasil**

De formas distintas as Cartas Magnas de Portugal e do Brasil previram e permitiram a criação e aplicação de métodos alternativos de solução de conflitos. A Constituição da República Portuguesa previu expressamente a institucionalização das formas alternativas enquanto a Constituição Federal do Brasil em seu artigo 5º, inciso XXXV apenas denotou a importância do acesso a justiça, sem especificar ou pormenorizar a possibilidade de criação de outros meios.

Em Portugal o surgimento dos primeiros movimentos de mediação ocorreram na criação de Centros de Estudos (IPMF) e posteriormente dentro da administração pública na parceria do Ministério da Justiça e Ordem dos Advogados, como experimento para análises e avaliações do novo formato à disposição da organização social.

Do outro lado do Atlântico, dada a constatação da precariedade e insuficiência do Poder Judiciário em dar conta da demanda social, nascem projetos com ênfase nos meios alternativos de solução de conflitos. Ocorrem as fases de testes e práticas na implementação da Conciliação, Mediação e Arbitragem. Acontecem de forma desordenada e simultaneamente em diferentes áreas jurídicas e em diferentes regiões do grande país.

Em consequência do sucesso das primeiras prototipagens da Mediação dentro do projeto organizado pelo Ministério da Justiça Português em Lisboa, leis esparças começam a positivar a matéria aumentando sua confiabilidade e culminando na necessidade de uma lei específica para tratar do assunto.

No Brasil, muitas obras doutrinárias ricas e ilustres trataram o tema, mas a aplicação por muitos anos seguiu-se de forma desordenada, sendo esta liberdade limitadora insuficiente no

que tange a confiabilidade do método, mas embrionária na criação de verdadeiros laboratórios de aplicação da mediação nas mais diversas áreas e consequente análises práticas da viabilidade dos novos instrumentos.

Nos dois países, a partir da percepção dos valores pedagógicos da Mediação, abriram-se espaços e meios no resgate da responsabilidade social para com uma ordem jurídica justa, de modificação da cultura da sentença. Assim, ambos os países dispõem de boas leis sob a batuta destas modalidades de resolução de de interesse conflitantes, fora ou *a latere* do Poder Judiciário.

O reconhecimento dado na implementação prática do instituto da mediação deu-se, principalmente por meio da promulgação das Leis 29/2013 em Portugal e 13.140/2015 no Brasil, que infundiram e propiciaram a credibilidade necessária ao emprego dos novos métodos, sendo fundamental sua correta aplicação para obtenção da eficiência da proposta traduzida pelos novos solucionadores de pendências nas comunidades.

Os conteúdos, os Princípios, nas legislações Luso e Brasileiras, são semelhantes, com terminologias próprias, *verbi gratia*, com sonoridades e grafias diferentes, conforme se observa na tabela abaixo:

Princípios:

Lei 29/2013	Lei 13.140/15
Art. 4o. – Princípio da voluntariedade	Art. 2o. I – Imparcialidade
Art. 5o. - “da Confidencialidade	II – Isonomia
Art. 6o. -“da Igualdade	III – Oralidade
Imparcialidade	IV - Informalidade
Art. 7o. “da Independência	V – Autonomia da Vontade
Art. 8o. -da Competência	VI – Busca do Consenso
Art. . -da Responsabilidade	VII – Confidencialidade
Art. 9o. - “da Executoriedade	VIII – Boa Fé

Além dos princípios norteadores de todas as relações interpessoais e intersociais que dispensam explicações, tais como o do respeito, equidade, celeridade, cooperação, tem a mediação alguns outros fundamentos próprios, que fulcram suas características, tornando importante que as partes se compreendam, aproximem-se para cada um deles colaborar com os melhores objetivos para as partes. Os princípios tratados nas legislações analisadas, serão brevemente descritos:

**Princípio da Voluntariedade ou da Autonomia da Vontade das Partes:** Importante princípio da mediação fala do caráter voluntário do poder de escolha dos envolvidos tanto pela opção à técnica de mediação quanto durante todo o seu procedimento nos assuntos abordados ou não nos procedimentos.

Como vimos, no Brasil a letra da lei torna possível haver obrigatoriedade sobre a opção da técnica, mas assegura a liberdade quanto a permanência.

**Imparcialidade:** Este princípio responde ao comportamento imparcial do mediador, que deve cuidar do devido equilíbrio de poder entre as partes, se abstendo de sugerir soluções baseadas em seus próprios valores, conceitos e interpretação.

**Independência:** Assegura às partes mediadas o direito de obter do Mediador todas as informações consideradas relevantes sobre fatos que possam posteriormente criar algum tipo de suspeita em relação a conduta do processo. Devem ser prestadas pelo mediador, todas as informações a respeito das suas circunstâncias pessoais ligadas ao objeto da mediação. Estas informações garantem a Independência do processo em relação a qualquer desconfiança que possa surgir entre as partes e entre as partes e o Mediador.

**Princípio da Flexibilidade do Processo e o Princípio da Informalidade:** O procedimento pelo qual se desenvolve a mediação deve ser flexível e informal, a fim de permitir o exercício de livre escolha das normas que serão aplicadas, respeitando as especificidades de cada pessoa no caso concreto. Não há uma estrutura fixa pré-estabelecida permitindo fácil possibilidade de adaptação. Os atos a serem praticados observarão sempre a clareza, a concisão, a simplicidade e vontade de acertar.

**Princípio da Competência:** Antes de se envolver no procedimento, o mediador precisa analisar se as suas qualificações ajustam-se ao entendimento das diferenças culturais e

se a sua experiência o torna competente no atendimento daquele caso. O bom mediador é o que se adequa às partes e às técnicas dos métodos a serem desenvolvidas, com competência.

**Princípio da Confidencialidade:** As informações trabalhadas no procedimento de mediação serão confidenciais, de conhecimento apenas das partes e do mediador. Nada poderá ser utilizado em juízo, comprometendo-se o mediador a não testemunhar em processo posterior sobre quaisquer informações pertinentes. Há exceção a este princípio quando as próprias partes admitirem ou as tornarem públicas.

A Mediação é para as nossas sociedades humanas; objetiva a conquista do Bem Estar, da Convivência Pacífica entre pessoas e grupos sociais. Vale à pena frisar : os grupos sociais e as pessoas são **di-versos** entre si e não devem ser **ad-versos**. Assim devem ser compreendidos os métodos de composição natural de pendências sociais, sempre na busca do equilíbrio, da harmonização das relações interpessoais, de forma tranquila, discreta e civilizada, para a felicidade de todos e do bem geral das nações.

## 6. CONCLUSÃO

A Mediação é o bom senso na solução harmoniosa, célere, razoável e efetiva para a Paz Social. Não aplica a lei ao caso concreto mas sim, de forma ordenada, devolve a cada sujeito ou entidade as rédeas da própria vida e a responsabilidade sobre o exercício de suas vontades sob o comando da razão, ensinando a tornarem-se efetivamente partes e partícipes de um todo: aos cidadãos, cidadania. É evolução da coexistência, do contraditório, para a **convivência pacífica**.

Kelsen, praticamente exclui o sujeito das estruturas normativas; Habermas com sua teoria se torna uma das principais bases para construção da técnica de Mediação desenvolvida nos dias atuais.

A Mediação tem em sua essência o objetivo de desenvolver a técnica de comunicação restaurativa, fazendo com que as partes, ao longo do processo aproximativo tomem consciência dos diversos níveis de comunicação existentes naquela relação, reconheçam que, na maioria dos conflitos, há, comunicação inadequada, interpartes. A Mediação oferece a facilitação do encontro de mais e melhores opções que viabilizem a reconstrução de laços, em contraposição aos rompimentos habituais da comunicação dominadora na qual estamos submersos e, não raro, submetidos.

Diante da insuficiência e por vezes até debilidade do Poder Judiciário, a mediação responde como bom meio de solução das demandas conflitivas sociais. A Mediação ressurge entre outros meios alternativos como a negociação, a conciliação e a arbitragem, destacando-se pela profundidade transformadora e restaurativa dos valores humanos.

Embora seja apresentada como novo paradigma, por estar sendo retomada e reinventada nos últimos tempos, encontra-se historicamente dentre as técnicas de solução de controvérsias mais antigas, identificada já no Velho Testamento. Neste ressurgimento contemporâneo se desenvolveu principal e pioneiramente nos Estados Unidos na escola de Harvard, criando a linha que aponta ao método primordialmente o aspecto comunicacional. Outra importante escola influente na Mediação é a de WARAT que conceitua a mediação como “terapia do reencontro”.

Este ressurgimento em Terras Lusitanas ocorreu precipuamente em caráter de estudo, evoluindo no atendimento experimental em região restrita, posteriormente estendido a todo o país, veiculado em leis esparsas e posterior promulgação da comentada Lei da Mediação que

não apenas reforçou a confiabilidade do método como também difundiu o estimulou a sua utilização.

No Brasil, a liberdade gerada pela positivação tardia permitiu a aplicação da mediação nos mais diversos âmbitos sociais e áreas do direito. A lacuna legal também teve produção positiva na manifestação da melhor doutrina, sentindo-se incumbida desta tarefa foi responsável pela publicação de boas obras a tratar do tema. Em 2015 e 2016 nascem efetivamente os primeiros dispositivos: O Novo Código de Processo Civil e a Lei da Mediação, ambos com boas propostas para a propagação e estímulo da prática.

A regulamentação de instituto intrínseco e natural dos homens e da sociedade em princípio poderia soar estranha à sua própria natureza, por esta razão, ambas as Leis, de Portugal e Brasil, preocuparam-se em consolidar-se afirmando as bases para confiabilidade necessária à sua aplicação conforme exigido em nossos contextos sociais. A consolidação da Mediação de Conflitos no ordenamento jurídico português preencheu lacunas importantes para a maior credibilidade, contribuindo para estimular e divulgar a crescente utilização do mecanismo disponível como alternativa natural à superação da via judicial.

Diferentemente do pensamento dominante nos regimes totalitários que necessitam extirpar o conflito como se ele fosse uma doença, a Mediação o utiliza para estabelecer a retomada da comunicação civilizada, acelera e promove o processo de transformação para melhoria nas relações intersociais, preordenando, qualitativamente, o pensamento, tendo nesta mudança de posição mental a sua maior finalidade, podendo ser vitoriosa apenas pelo fato de as partes compreenderem as suas dificuldades com o mero gerenciamento daquele conflito, ainda que sem tê-lo resolvido, rasa e plenamente.

O conflito não é em si mesmo negativo ou positivo, a forma como se responde e se busca a solução é que o qualifica. A mediação vem para substituir a linguagem do déficit pela linguagem dos recursos. Numa Mediação bem-sucedida o acordo é construído inteiramente pelas partes. O mediador é um catalisador de modificações; devolve às pessoas envolvidas a autoria de suas vidas, transformando-as em agentes do próprio destino. As composições ganham os atributos do pleno conhecimento das causas e do resultado.

O método apresentado favorece o desenvolvimento da autonomia das pessoas, valoriza a cooperação e possibilita gerar boas condições a uma convivência mais harmônica e



construtora; buscou-se demonstrar como se constitui a condução do mediador nas disputas, ouvindo as partes em separado ou em conjunto, auxiliando na compreensão do ponto de vista do outro, com escuta ativa, “linguagem eu”, metáforas e outros métodos possíveis, para aproximar as partes, reconstruir laços e chegar a acordos mutuamente vantajosos.

Embora se trate de método bastante delicado, pois devolve às partes a responsabilidade que há muito esteve sendo terceirizada, quando implantada de maneira profunda e bem estruturada, a Mediação pode não apenas estar a altura de ser um método aliado do Poder Judiciário na tarefa da pacificação social, como também ser um grande passo evolutivo na transformação e reestruturação da sociedade como um todo e à afirmação da Dignidade Humana.

## **7. BIBLIOGRAFIA**

BUITONI, Ademir Revista do Advogado. Ano XXVI n 87, Setembro de 2006.

BUONOMO, Angela Hara. A Reinvenção da Tradição no Uso da Mediação. Revista de Arbitragem e Mediação.

CAPPELETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1993.

CARVALHAL, Eugenio. Negociação e administração de conflitos / Eugenio do Carvalhal, Antonio André Neto, Gersem Martins de Andrade, João Vieira de Araújo. 2 ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CARVALHO, Jorge Morais A Consagração Legal da Mediação em Portugal in JULGAR nº 15, Coimbra Editora, 2011.

CEBOLA, Cátia Marques, (jan./dez. 2010) A Mediação pré-judicial em Portugal: Análise do novo Regime Jurídico, Revista da Ordem dos Advogados, Ano 70, n.º 1-4, Lisboa, pág. (s) 441-459.

CINTRA, A. C. de Araújo, GRINOVER, A. Pellegrini, DINAMARCO, C. Rangel. Teoria Geral do Processo. 28 ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

COELHO, Fábio Alexandre. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

DIAS, Maria Tereza Fonseca. Mediação, Cidadania E Emancipação Social: A Experiência Da Implantação Do Centro De Mediação E Cidadania Da Ufop E Outros Ensaios. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 157.

FERREIRA, J. O. Cardona, (2014) Julgados de Paz – Organização, Competência e Funcionamento (Lei n.º 78/2001, de 13 de julho, na redação da Lei n.º 54/2013, de 31.07), 3ª Edição, Coimbra Editora.

GOUVEIA, Mariana França, (2012) Curso de Resolução Alternativa de Litígios, 2ª Edição, Almedina.

HABERMAS, Jürgen. Consciência moral e agir comunicativo / Jürgen Habermas; tradução de Guido A. de Almeida. - Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

KILMANN & Thomas. In ISA-ADRS e MEDIARE . Curso de Mediação e Resolução Pacífica de Conflitos em segurança pública. Brasília: Ministério da Justiça, 2007.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Uma leitura processual dos direitos humanos. O direito fundamental à tutela adequada e à opção pela mediação como via legítima para a resolução de conflitos, in KLEVENHUSEN, Renata Braga (organizadora). Temas sobre Direitos Humanos em Homenagem ao Professor Vicente Barreto, Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2009

LOPES, Dulce; Patrão, Afonso, (2014) Lei da Mediação Comentada, Almedina.

MACHADO, José Pedro, (1987) Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, vol. IV, Livros Horizonte, Lisboa, pág. 85.

MOORE, Christopher W. O Processo de Mediação: estratégia práticas para resolução de conflitos. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

PACHECO, Roberta Do Carmo, (2011) A Mediação de conflitos no direito civil: instrumento eficaz de acesso à justiça e pacificação social, Coimbra.

SALES, Lília Maia de Moraes. A Mediação de Conflitos e a Pacificação Social. Fortaleza: ABC, 2003.

SAMPAIO, Lia Regina Castaldi; Braga Neto, Adolfo (2004) O que é Mediação de Conflitos, Brasiliense.

SEIDEL. Daniel [org.]. Mediação de conflitos: a solução de muitos problemas pode estar em suas mãos. Brasília: Vida e Juventude, 2007.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo. Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas. São Paulo: Método, 2008.

XAVIER, Rita Lobo, 2009-2010. Mediação Familiar e contencioso familiar: articulação da atividade de mediação com um processo de divórcio. Coimbra: Coimbra Editora.

WATANABE, Kazuo. Cultura da Sentença e Cultura da Pacificação, in Estudos em Homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover (org. Flávio Luiz Yarchell e Maurício Zanoide de Moraes), São Paulo: DPJ, 2005

WATANABE, Kazuo. Política Pública do Poder Judiciário Nacional para tratamento adequado dos conflitos de interesse. Disponível em:

<<http://www.tjsp.jus.br/download/conciliacao/nucleo/parecerdeskazuowatanabe.pdf>>. Acesso em: 09 mai. 2015.

---